

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Exercício encerrado em 31.12.2017

Relatório da Administração

Senhor Acionista,

Apresentamos as demonstrações contábeis da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (BB Leasing), relativas ao exercício findo em 31.12.2017, de acordo com os dispositivos estatutários e legais estabelecidos pelos órgãos reguladores, inclusive o Banco Central do Brasil (Bacen).

A EMPRESA

A BB Leasing, subsidiária integral do Banco do Brasil S.A. (BB), com sede e foro em Brasília, localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar, CEP 70.040-250, é uma empresa autônoma registrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o número 31.546.476/0001-56.

A Empresa está inserida no contexto do planejamento estratégico corporativo do BB e se alinha aos objetivos estratégicos do Conglomerado BB, na perspectiva financeira, de maneira a oferecer solução voltada para investimentos em modernização e ampliação das empresas brasileiras.

A Empresa tem como principal objeto a prática de operações de arrendamento mercantil de bens móveis e imóveis, na forma das normas aplicáveis, bem como a realização de operações de subarrendamento, cessão e aquisição de contratos de arrendamento mercantil, cessão e aquisição de direitos creditórios decorrentes de contratos de arrendamento mercantil e todas as demais operações facultadas às sociedades da espécie.

Os negócios da Empresa são regidos pela Lei 6.099/74, que dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil, e pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 2.309/96, que disciplina e consolida as normas relativas às operações de arrendamento mercantil.

A estratégia de atuação frente ao mercado de arrendamento mercantil nacional está focada nos negócios com o segmento de pessoas jurídicas, o que pode ser observado em sua carteira que, em dezembro de 2017, tinha 99,48% de sua composição em negócios com esse público.

O principal produto oferecido pela Empresa é o Leasing Financeiro Pessoa Jurídica, modalidade em que a arrendatária tem a intenção de adquirir o bem ao final do arrendamento, pagando o Valor Residual Garantido (VRG) ao longo da vigência do contrato.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Empresa, de capital fechado, não possui Conselho de Administração. A Diretoria Executiva é composta por um Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente e Diretor Gerente e possui Conselho Fiscal próprio e permanente para assegurar a fiscalização dos atos de gestão administrativa.

A Instituição, por decisão da Assembleia do Acionista de 26.04.2005, aderiu ao Comitê de Auditoria do Conglomerado BB.

MERCADO DE LEASING

De acordo com informações disponibilizadas pela Associação Brasileira das Empresas de Leasing (ABEL), no período compreendido entre dezembro de 2016 e outubro de 2017, o mercado de leasing continua apresentando queda no montante do valor presente da carteira. Enquanto o crédito total no mercado reduziu aproximadamente 1,75% no mesmo período, a carteira total de leasing reduziu aproximadamente 11,65%.

Ainda, de acordo com a Associação, os negócios com o segmento de pessoas jurídicas representam o maior volume da carteira do mercado e demonstra o potencial do leasing para fomentar a economia nacional.

Em relação ao Imobilizado de Arrendamento por Tipo de Bens, o item Máquinas e Equipamentos corresponde a 39,64% dos bens arrendados, seguido por Veículos e Afins com 28,42%, Aeronaves com 13,01% e Outros Tipos de Bens, que somam 18,93% do total.

Quanto a Arrendamentos a Receber por Setores de Atividades, o setor mais expressivo é o de serviços, com aproximadamente 59% do volume, seguido pela indústria com aproximadamente 15% e comércio com aproximadamente 12,7%.

CARTEIRA

Em 31.12.2017, a carteira de Leasing Pessoa Jurídica totalizava 1.880 operações ativas, representando um saldo de R\$ 154,21 milhões. O segmento de Leasing Pessoa Física, por sua vez, contava com 8 operações ativas e saldo de R\$ 812 mil.

A representatividade da carteira, por segmento, ficou distribuída em 38,78% para serviços, 32,26% para indústria, 28,44% para comércio e 0,52% para pessoas físicas. Em relação ao tipo de bem arrendado, veículos apresentaram participação de 51,05% e máquinas e equipamentos, 35,91%.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

No segundo semestre de 2017, a BB Leasing distribuiu 25% do lucro líquido disponível, após a destinação às reservas legais, sob a forma de dividendos ao seu acionista.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O lucro líquido da Empresa em 2017 foi de R\$ 224,82 milhões. Esse desempenho deveu-se às Receitas de Intermediação Financeira, com destaque

para o resultado com instrumentos financeiros derivativos, das operações com títulos e valores mobiliários e operações de arrendamento mercantil.

GESTÃO DE RISCOS

A administração da Empresa adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As aplicações das disponibilidades são realizadas com o Banco do Brasil, seu controlador, o que minimiza os riscos incorridos e proporciona o alinhamento com as políticas de gerenciamento de risco adotadas pelo Conglomerado BB.

O Banco do Brasil considera a BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil nas atividades de gerenciamento de riscos do Conglomerado Prudencial.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras ou econômicas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição. Inclui o risco das variações das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços das commodities.

No segundo semestre de 2017 não houve exposição relevante ao risco de mercado na BB Leasing. O mapa de descasamento de indexadores da Empresa é elaborado mensalmente e reportado no Comitê Executivo de Gestão de Riscos e Controles Internos do Conglomerado BB. Adicionalmente, é importante destacar que eventuais exposições da Empresa ao risco de mercado, não relacionadas à sua estratégia, são transferidas para o BB Banco Múltiplo.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é a ocorrência de descasamento entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando em conta as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Este risco assume duas formas:

- Risco de Liquidez de Mercado: é a possibilidade de perda decorrente da não liquidação de uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor, devido ao tamanho da transação em relação ao volume via de regra negociado; e
- Risco de Liquidez de Fluxo de Caixa (*funding*): está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

O Banco do Brasil, por meio da Diretoria de Finanças (DIFIN), faz a gestão de caixa da BB Leasing.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao descumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; à desvalorização de contrato de crédito ou de arrendamento decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador; à redução de ganhos; às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

As exposições referentes às operações de *leasing* são consideradas na gestão da carteira de crédito do Banco Múltiplo. As políticas de crédito, estratégias e a tolerância ao risco de crédito definidas para o BB consideram as exposições de *leasing* da entidade. Os processos, procedimentos e sistemas adotados no gerenciamento do risco de crédito do Banco Múltiplo abrangem também as operações da BB Leasing.

O saldo em operações de leasing totalizou R\$ 155 milhões em Dezembro/2017, o que representa um decréscimo de 48,56% em relação aos últimos 12 meses.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O processo de gestão de risco operacional adotado no Banco Múltiplo abrange os processos operacionais da BB Leasing, cabendo ao Banco repassar orientações à empresa que é responsável pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco operacional.

AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer do segundo semestre de 2017, a KPMG Auditores Independentes não prestou outros serviços à BB Leasing além daqueles relacionados à auditoria externa.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

- Buscar a otimização do resultado da BB Leasing S.A.
- Utilizar os recursos do Conglomerado para avaliação das melhores oportunidades negociais, mantendo os padrões de qualidade e imagem da Instituição.
- Buscar o crescimento de negócios voltados para a modernização e ampliação das empresas brasileiras.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a confiança do acionista, de seus clientes e da sociedade.

Demonstrações Contábeis

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE		15.527.191	62.613.713
Disponibilidades	4	19	8
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.a	4.315.335	4.012.143
Aplicações no mercado aberto		4.315.335	4.012.143
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		11.182.159	58.600.114
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	11.182.159	58.600.114
Operações de Arrendamento Mercantil		(12.493)	(26.970)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado	7.a	51.720	88.786
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	7.a	(50.554)	(86.688)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil)	7.f	(13.659)	(29.068)
Outros Créditos	8.a	41.035	26.668
Diversos		41.035	26.668
Outros Valores e Bens		1.136	1.750
Bens não de uso	9.a	915	915
(Provisão para desvalorização de bens não de uso)	9.a	(388)	(388)
Despesas antecipadas	9.b	609	1.223
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		151.431	346.181
Operações de Arrendamento Mercantil		(3.854)	(9.570)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado	7.a	30.451	72.782
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	7.a	(30.451)	(72.782)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil)	7.f	(3.854)	(9.570)
Outros Créditos	8.a	155.095	355.520
Diversos		156.595	356.850
(Provisão para outros créditos)	8.b	(1.500)	(1.330)
Outros Valores e Bens		190	231
Despesas antecipadas	9.b	190	231
PERMANENTE		349.357	584.915
Investimentos		--	--
Outros investimentos		520	520
(Provisão para perdas)		(520)	(520)
Imobilizado de Arrendamento	10.a	349.357	584.915
Bens arrendados		452.255	701.842
(Depreciação acumulada)	10.c	(102.898)	(116.927)
TOTAL DO ATIVO		16.027.979	63.544.809

PASSIVO/ PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE		5.394.577	294.512
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		5.073.980	--
Recursos de debêntures	11.a	5.073.980	--
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	12.a	221	216
Finame		221	216
Instrumentos Financeiros Derivativos		1	161
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	1	161
Outras Obrigações		320.375	294.135
Sociais e estatutárias	13.a	23.080	41.597
Fiscais e previdenciárias	13.b	157.368	96.312
Diversas	13.c	139.927	156.226
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		6.085.288	58.873.607
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		5.969.407	58.484.424
Recursos de debêntures	11.a	5.969.407	58.484.424
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	12.a	281	495
Finame		281	495
Outras Obrigações		115.600	388.688
Fiscais e previdenciárias	13.b	39.967	236.537
Diversas	13.c	75.633	152.151
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.548.114	4.376.690
Capital		3.261.860	3.261.860
De domiciliados no País	16.a	3.261.860	3.261.860
Reservas de Lucros	16.b	1.286.254	1.114.830
TOTAL DO PASSIVO		16.027.979	63.544.809

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		869.669	3.187.213	7.996.215
Operações de crédito	7.g	5.165	6.400	3.146
Operações de arrendamento mercantil	7.b	86.518	188.020	262.345
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.a	167.157	387.672	489.887
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	610.829	2.605.121	7.240.837
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(677.312)	(2.744.843)	(7.433.833)
Operações de captação no mercado	11.b	(602.267)	(2.580.594)	(7.182.846)
Operações de empréstimos e repasses	12.b	(4)	(9)	(14)
Operações de arrendamento mercantil	7.b	(69.586)	(147.591)	(188.266)
Provisões para arrendamentos/outros créditos		(5.455)	(16.649)	(62.707)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		192.357	442.370	562.382
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		(17.314)	(34.239)	(76.678)
Despesas de pessoal	14.a	(1.048)	(2.006)	(2.142)
Outras despesas administrativas	14.b	(5.349)	(10.810)	(11.150)
Despesas tributárias	17.c	(9.735)	(22.806)	(31.209)
Outras receitas operacionais	14.c	4.585	10.642	72.854
Outras despesas operacionais	14.d	(5.767)	(9.259)	(105.031)
RESULTADO OPERACIONAL		175.043	408.131	485.704
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		39	39	29
Receitas não operacionais	15	39	39	41
Despesas não operacionais		--	--	(12)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		175.082	408.170	485.733
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(77.903)	(183.352)	(211.625)
Imposto de renda e contribuição social correntes	17.a	(84.362)	(206.100)	(163.791)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6.459	22.748	(47.834)
LUCRO LÍQUIDO		97.179	224.818	274.108
Número de Ações		3.000.000	3.000.000	3.000.000
Lucro por Ação (R\$)		32,39	74,94	91,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	175.082	408.170	485.733
Ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	70.493	152.322	176.507
Provisão para operações de arrendamento mercantil	5.426	16.479	62.598
Reforço (Reversão) de provisão para outros créditos	29	170	(123)
Depreciação de bens arrendados	35.135	87.659	166.038
Amortização de perdas	6.260	13.909	17.229
Insuficiências (Superveniência) de depreciação	23.723	36.288	(66.461)
Reforço (Reversão) de provisões cíveis e fiscais	(80)	(2.183)	(2.774)
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	245.575	560.492	662.240
Variações Patrimoniais	3.729.358	47.197.245	(7.430.508)
(Aumento) Redução em operações de arrendamento mercantil	443	932	680
(Aumento) Redução em instrumentos financeiros derivativos	3.798.083	47.417.795	(7.240.836)
(Aumento) Redução em outros créditos líquidos dos créditos tributários	35.165	47.072	295.333
(Aumento) Redução em outros valores e bens	307	655	479
Imposto de renda e contribuição social pagos	(16.952)	(125.623)	(163.601)
Aumento (Redução) em outras obrigações	(87.688)	(143.586)	(322.563)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES	3.974.933	47.757.737	(6.768.268)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado de arrendamento	(15.358)	(26.260)	(66.775)
Alienação de imobilizado de arrendamento	43.820	86.358	85.091
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	28.462	60.098	18.316
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento em obrigação por emissão de debêntures	602.246	2.580.554	7.182.806
Redução em obrigação por emissão de debêntures	(4.408.912)	(50.021.591)	--
Redução em obrigações por empréstimos e repasses no país - instituições oficiais	(105)	(209)	(280)
Dividendos pagos	(30.875)	(73.386)	(58.501)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(3.837.646)	(47.514.632)	7.124.025
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	165.749	303.203	374.073
Início do período	4.149.605	4.012.151	3.638.078
Fim do período	4.315.354	4.315.354	4.012.151
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	165.749	303.203	374.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Nota	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
			Legal			

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Sector de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Exercício encerrado em 31.12.2017

Notas Explicativas

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1 – BB LEASING E SUAS OPERAÇÕES

A BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (BB Leasing) é uma sociedade controlada pelo Banco do Brasil S.A. (subsidiária integral), constituída em 1987, tendo por objetivo a prática de operações de arrendamento mercantil de bens móveis e imóveis. Está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar, CEP 70.040-250 – Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado se utilizando, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen).

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e civis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB Leasing, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 26.02.2018.

3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas adotadas pela BB Leasing são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas – posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (Nota 4).

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota 5).

d) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado, por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros (Nota 6.b).

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado – os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa – para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

e) Operações de Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Arrendamentos a receber – registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificadas no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.

Rendas a apropriar de arrendamento a receber – são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF n.º 140/1984. As rendas das operações vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As operações classificadas como nível H assim permanecem por 180 dias, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 7.e).

Superveniência/Insuficiência de depreciação – o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas "Superveniências/Insuficiências de Depreciações" do Imobilizado de Arrendamento Financeiro, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular n.º 1.429/1989 do Bacen e computado no resultado.

As operações de arrendamento operacional não requerem ajuste a valor presente e seus valores não são incorporados à carteira de crédito de arrendamentos classificados por não terem característica de concessão de créditos.

Resultado na alienação quando da opção de compra:

Lucro – reconhecido por ocasião do exercício da opção de compra.

Prejuízo – a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamentos a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular n.º 1.429/1989, do Bacen.

f) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (1)	20%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

(1) Alíquota de 15% até 31.08.2015 e de 20% a partir de 01.09.2015, conforme Lei n.º 13.169/2015.

Os ativos fiscais diferidos (Créditos Tributários - Nota 17.e) e os passivos fiscais diferidos (Nota 17.d) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006, CMN n.º 4.192/2013 e CMN n.º 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

g) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à BB Leasing ocorrerão em períodos futuros (Nota 9.b). As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas na medida em que forem sendo realizadas.

h) Ativo Permanente

O Imobilizado de Arrendamento é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo (Nota 10).

Os valores registrados no grupo "perdas em arrendamentos a amortizar", apuradas por ocasião do vencimento dos contratos de *leasing*, são amortizados no prazo de vida útil remanescente dos bens arrendados.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

A BB Leasing avalia, com base em fontes internas e externas, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB Leasing estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

No mínimo anualmente, para a realização do teste de imparidade, a BB Leasing elabora estudo para verificar se existe indicação de desvalorização de ativos alcançados pelo CPC 01, segundo critérios técnicos definidos pela Administração.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

j) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823, de 16.12.2009 (Nota 20).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Considera-se para o cálculo do valor provável de condenação, o valor indenizatório pretendido, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que viem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

k) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da BB Leasing é o Real (R\$).

l) Gerenciamento de Riscos

A Administração da BB Leasing adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As disponibilidades e as aplicações financeiras são mantidas e realizadas com o seu controlador, o que minimiza o risco de crédito dos ativos da Empresa, bem como proporciona o alinhamento às políticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo conglomerado Banco do Brasil.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2017	31.12.2016
Disponibilidades	19	8
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	4.315.335	4.012.143
Total	4.315.354	4.012.151

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.12.2017	31.12.2016
Aplicações no mercado aberto – revendas a liquidar – posição bancada	4.315.335	4.012.143
Total	4.315.335	4.012.143

	31.12.2017	31.12.2016
Ativo circulante	4.315.335	4.012.143

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Rendas de aplicações no mercado aberto – posição bancada	167.157	387.672	489.887
Total	167.157	387.672	489.887

6 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Em 31.12.2017 e 31.12.2016 não houve aplicação em operações de Títulos e Valores Mobiliários – TVM.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

A BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil utiliza Instrumentos Financeiros Derivativos para reduzir o risco de mercado das operações.

Os valores relativos aos contratos de opções – Box Duas Pontas referem-se à aplicação dos recursos provenientes da captação pela emissão de debêntures (Nota 11.a) e têm a característica de aplicação de renda fixa.

As operações de Swap, representadas pela diferença de taxas CDI/pré, são contratadas a título de instrumento de proteção.

O valor de mercado dos derivativos foi estimado de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do mês.

Nas técnicas de avaliação utilizadas são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

	31.12.2017			31.12.2016		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Opções (1)						
Posição ativa	22.390.426	11.178.630	11.182.159	116.478.931	58.566.483	58.600.114
De Compra – Posição Comprada	11.195.213	156.757	189.130	58.239.466	701.412	1.085.011
De Venda – Posição Comprada	11.195.213	11.021.873	10.993.029	58.239.465	57.865.071	57.515.103
Contratos de Swap (1)						
Posição passiva	11.178.630	1.581	1	58.566.483	2.040	161
Swap – CDI/Pré	11.178.630	1.581	1	58.566.483	2.040	161
Ativo circulante			11.182.159			58.600.114
Passivo circulante			1			161

(1) Operações com prazo de vencimento de até 30 dias.

c) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Mercado de opções – box duas pontas	610.706	2.602.312	7.247.154
Swap	123	2.809	(6.317)
Total	610.829	2.605.121	7.240.837

7 – OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Operações de Arrendamento a Receber

	31.12.2017	31.12.2016
Operações de arrendamento e subarrendamento a receber	82.171	161.568
Arrendamentos financeiros a receber – recursos internos	82.171	161.568
Ativo circulante	51.720	88.786
Ativo realizável a longo prazo	30.451	72.782

	31.12.2017	31.12.2016
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(81.005)	(159.470)
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(81.005)	(159.470)
Ativo circulante	(50.554)	(86.688)
Ativo realizável a longo prazo	(30.451)	(72.782)

b) Resultado Financeiro das Operações de Arrendamento Mercantil

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Receitas de arrendamento mercantil	86.518	188.020	262.345
Arrendamentos financeiros	86.518	188.020	262.345
Despesas de arrendamento mercantil	(69.586)	(147.591)	(188.266)
Arrendamentos financeiros	(69.586)	(147.591)	(188.266)
Total	16.932	40.429	74.079

c) Carteira de Crédito por Setores de Atividade Econômica

	31.12.2017	%	31.12.2016	%
Setor privado	155.019	100,0	301.381	100,0
Pessoa física	812	0,5	1.815	0,6
Pessoa jurídica	154.207	99,5	299.566	99,4
Serviços	23.856	15,4	49.743	16,5
Automotivo	23.533	15,2	28.061	9,3
Transportes	15.982	10,3	43.896	14,6
Comércio varejista	12.458	8,0	19.509	6,5
Agronegócio de origem animal	9.798	6,3	12.257	4,1
Agronegócio de origem vegetal	8.647	5,6	11.494	3,8
Atividades específicas da construção	8.215	5,3	19.187	6,4
Químico	6.664	4,3	11.497	3,8
Eletr eletrônico	5.444	3,5	12.227	4,1
Petroleiro	5.189	3,3	10.088	3,3
Mineração e metalurgia	4.670	3,0	17.915	5,9
Têxtil e confecções	4.273	2,8	6.365	2,1
Comércio atacadista e indústrias diversas	3.768	2,4	6.304	2,1
Papel e celulose	3.750	2,4	7.492	2,5
Construção pesada	3.376	2,2	9.495	3,1
Telecomunicações	2.935	1,9	7.940	2,6
Energia elétrica	2.897	1,9	4.693	1,6
Madeireiro e moveleiro	2.834	1,8	5.788	1,9
Insumos agrícolas	2.621	1,7	6.408	2,1
Imobiliário	2.405	1,6	7.133	2,4
Demais atividades	892	0,6	2.074	0,7
Total	155.019	100,0	301.381	100,0

Em atendimento às normas do Bacen, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

	Nota	31.12.2017	31.12.2016
Arrendamentos financeiros a receber – recursos internos		82.171	161.568
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber		(81.005)	(159.470)
Imobilizado de arrendamento financeiro	10.a	349.357	584.915
Créditos por antecipação de valor residual	13.c	(195.504)	(285.632)

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Exercício encerrado em 31.12.2017

g) Informações Complementares

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Montante recuperado dos créditos baixados como prejuízo (1)	5.165	6.400	3.146
Montante dos créditos renegociados	2.663	6.295	4.453

(1) Registrado no resultado em Receitas de Operações de Crédito, conforme Resolução CMN n.º 2.836/2001.

8 – OUTROS CRÉDITOS

a) Composição

	Nota	31.12.2017	31.12.2016
Diversos			
Ativo fiscal diferido - crédito tributário	17.e	143.713	335.481
Devedores por depósitos em garantia	20.d	50.930	45.313
Impostos e contribuições a compensar		436	436
Outros		2.551	2.288
Subtotal		197.630	383.518
(Provisão para outros créditos sem características de concessão de crédito) (1)		(1.500)	(1.330)
Total		196.130	382.188

(1) Trata-se de provisão para perdas em recebimento de títulos precatórios do Governo do Estado de São Paulo no valor de R\$ 1.449 mil (R\$ 1.277 mil em 31.12.2016) e desvalorização de incentivos fiscais – Finor, no valor de R\$ 51 mil (R\$ 53 mil em 31.12.2016).

b) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Saldo inicial	(1.471)	(1.330)	(1.453)
Reversão/(reforço)	(29)	(170)	123
Saldo final	(1.500)	(1.500)	(1.330)

Ativo realizável a longo prazo (1.500) (1.500) (1.330)

9 – OUTROS VALORES E BENS

a) Bens Não de Uso Próprio

	31.12.2017	31.12.2016
Máquinas e equipamentos	558	558
Veículos e afins	271	271
Bens em regime especial	86	86
Subtotal	915	915
(Provisão para desvalorização de bens não de uso) (1)	(388)	(388)
Total	527	527

Ativo circulante 527 527

(1) Trata-se de provisão para desvalorização de bens reintegrados pela Empresa.

b) Despesas Antecipadas

	31.12.2017	31.12.2016
Despesas de seguros (1)	569	1.183
Comissões pela colocação de debêntures	230	271
Total	799	1.454

Ativo circulante 609 1.223

Ativo realizável a longo prazo 190 231

(1) Referem-se a despesas de seguros de bens arrendados embutidas nos contratos de arrendamento, apropriadas de acordo com a vigência dos contratos que deram origem ao crédito. Os pagamentos são feitos antecipadamente de acordo com os normativos que regem os contratos de leasing e opção do arrendatário quanto à inclusão do seguro no contrato.

10 – IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Imobilizado de Arrendamento

	31.12.2017	31.12.2016
Arrendamento financeiro		
Bens arrendados	452.255	701.842
Veículos e afins	189.011	305.594
Máquinas e equipamentos	167.762	271.878
Móveis	8.126	9.162
Aeronaves	8.057	12.469
Imóveis	7.862	7.862
Instalações	7.200	7.214
Embarcações	5.070	8.516
Perdas em arrendamentos a amortizar	59.167	79.147
Amortização acumulada de perdas em arrendamentos a amortizar (1)	(37.607)	(47.606)
Superveniências de depreciações	207.848	317.816
Depreciação acumulada	(273.139)	(387.137)
Total	349.357	584.915

(1) Inclui saldos reclassificados de "Bens Arrendados" em adequação a revogação da Resolução n.º 3.617/2008 pela Resolução n.º 4.535/2016 e saldos reclassificados do "Diferido" conforme orientação da Carta-Circular Bacen n.º 3.791/2016 de 05.12.2016, com a reclassificação nos valores de 31.12.2016 para efeito de comparabilidade.

b) Ajuste da Carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamentos financeiros (superveniências/insuficiências de depreciações) foi apurado conforme disposto na Nota 3.e, apresentando a seguinte posição:

	31.12.2017	31.12.2016
Valor presente	350.523	587.013
Credores por antecipação de valor residual	195.504	285.632
Valor presente das operações de arrendamento	155.019	301.381
(-) Valor contábil das operações	142.675	269.197
Arrendamentos a receber – recursos internos	82.171	161.568
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(81.005)	(159.470)
Valores residuais a realizar	95.976	196.419
Valores residuais a balancear	(95.976)	(196.419)
Bens arrendados (1)	452.255	701.842
Depreciação acumulada de arrendamento financeiro	(273.139)	(387.137)
Amortização acumulada de perdas em arrendamentos a amortizar (1)	(37.607)	(47.606)
(=) Aumento do ativo permanente (superveniências de depreciações)	207.848	317.816

(1) Inclui saldos reclassificados de "Bens Arrendados" em adequação a revogação da Resolução n.º 3.617/2008 pela Resolução n.º 4.535/2016 e saldos reclassificados do "Diferido" conforme orientação da Carta-Circular Bacen n.º 3.791/2016 de 05.12.2016, com a reclassificação nos valores de 31.12.2016 para efeito de comparabilidade.

c) Depreciação Acumulada

	31.12.2017	31.12.2016
Depreciação acumulada de arrendamento financeiro	(273.139)	(387.137)
(-) Superveniências de depreciações	207.848	317.816
(+) Amortização acumulada de perdas em arrendamentos a amortizar (1)	(37.607)	(47.606)
(=) Depreciação acumulada	(102.898)	(116.927)

(1) Inclui saldos reclassificados de "Bens Arrendados" em adequação a revogação da Resolução n.º 3.617/2008 pela Resolução n.º 4.535/2016, com a reclassificação nos valores de 31.12.2016 para efeito de comparabilidade.

d) Outras Informações

O seguro do imobilizado de arrendamento é efetuado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

11 – RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Recursos de Debêntures

As debêntures emitidas em março/2013 (2ª emissão) e maio/2014 (3ª emissão) são do tipo simples, não conversíveis em ações, em série única, de natureza quirográfrica, nominativas e escriturais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, e foram adquiridas em sua totalidade pelo Banco do Brasil S.A..

A Resolução Bacen n.º 4.527/2016 veda a realização de operações compromissadas com títulos de emissão ou aceites de instituições integrantes do mesmo conglomerado prudencial. Em consequência dessa nova regulamentação, a BB Leasing iniciou o processo de recompra das debêntures em março de 2017.

Emissão	Valor da Operação	Vencimento	Remuneração	Valor Contábil	
				31.12.2017	31.12.2016
Março/2013	20.000.000	2023	100% CDI	8.714.331	30.615.458
Maio/2014	20.000.000	2024	100% CDI	2.329.056	27.868.966
Total				11.043.387	58.484.424

Passivo circulante 5.073.980 --

Passivo exigível a longo prazo 5.969.407 58.484.424

b) Despesas de Captações no Mercado

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Remuneração – juros (1)	(602.247)	(2.580.554)	(7.182.806)
Colocação de títulos	(20)	(40)	(40)
Total	(602.267)	(2.580.594)	(7.182.846)

(1) Remuneração calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures desde a data de emissão até a data de seu efetivo pagamento.

12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais

Composição por Prazo de Exigibilidade

Programa	Taxa de Atualização	até			Valor Contábil	
		90 dias	de 91 a 360 dias	de 1 a 3 anos	31.12.2017	31.12.2016
BNDES/Finame (1)	1,50% a 8,3% a.a. ou TJLP + 2,3% a 5,5% a.a.	55	166	281	502	711
Passivo circulante					221	216
Passivo exigível a longo prazo					281	495

(1) A garantia das operações consiste em penhor, ao BNDES/Finame, dos direitos creditórios representados pelos contratos de arrendamentos, conforme Circular BNDES n.º 196 – item 9.

b) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Despesas de obrigações por repasses – BNDES/Finame	(4)	(9)	(14)
Total	(4)	(9)	(14)

13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

	31.12.2017	31.12.2016
Dividendos e bonificações a pagar	23.080	41.597
Total	23.080	41.597

Passivo circulante 23.080 41.597

b) Fiscais e Previdenciárias

	Nota	31.12.2017	31.12.2016
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar		129.701	87.244
Provisão para impostos e contribuições diferidos	17.d	66.466	244.376
Impostos e contribuições a recolher		1.168	1.229
Total		197.335	332.849

Passivo circulante 157.368 96.312

Passivo exigível a longo prazo 39.967 236.537

c) Diversas

	Nota	31.12.2017	31.12.2016
Credores por antecipação de valor residual (1)		195.504	285.632
Provisão para riscos fiscais (2)	20.b	13.674	15.554
Provisão para demandas cíveis	20.b	5.199	5.502
Valores a pagar a sociedades ligadas		634	382
Credores diversos – país (3)		544	1.307
Outros		5	--
Total		215.560	308.377

Passivo circulante 139.927 156.226

Passivo exigível a longo prazo 75.633 152.151

(1) Valor residual garantido recebido dos arrendatários.

(2) Provisão para contingências reclassificada de "Fiscais e Previdenciárias" para "Diversas" em janeiro de 2017, conforme orientação da Carta Circular Bacen n.º 3.782, de 19.09.2016, com a reclassificação nos valores de 31.12.2016 para efeito de comparabilidade.

(3) Inclui o montante de R\$ 170 mil (R\$ 1.113 mil em 31.12.2016), referente a recursos a liberar a fornecedores de bens arrendados.

14 – OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Despesas de Pessoal

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Proventos	(586)	(1.137)	(1.260)
Encargos sociais	(299)	(526)	(635)
Honorários – Conselho Fiscal	(90)	(169)	(146)
Benefícios	(73)	(115)	(101)
Total	(1.048)	(2.006)	(2.142)

b) Outras Despesas Administrativas

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Despesas de processamento de dados	(2.668)	(2.668)	--
Serviços do sistema financeiro	(1.404)	(4,952)	(8.280)
Tarifa/Comissão de fiança	(759)	(2,087)	(1,544)
Seguros	(292)	(633)	(722)
Corretagens e emolumentos	(97)	(218)	(312)
Publicações	(38)	(101)	(116)
Emolumentos judiciais e cartorários	(14)	(38)	(40)
Outras	(77)	(113)	(136)
Total	(5,349)	(10,810)	(11,150)

c) Outras Receitas Operacionais

	Nota	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Reversão/Baixa de provisão para passivos contingentes	20.b	3,045	7,362	69,378
Devedores por depósitos em garantia		1,467	3,039	3,282
Outras		73	241	194
Total		4,585	10,642	72,854

d) Outras Despesas Operacionais

	Nota	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Provisão para passivos contingentes	20.b	(2,966)	(5,179)	(66,605)
Despesas com acordo judicial		(1,950)	(1,950)	(36,107)
Atualização monetária de dividendos		(561)	(1,475)	(1,230)
BB – custos indiretos/suporte operacional		(278)	(603)	(861)
Registro de contratos		(11)	(26)	(119)
Outras		(1)	(26)	(109)
Total		(5,767)	(9,259)	(105,031)

15 – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Receitas não operacionais	39	39	41
Lucro na alienação de valores e bens	--	--	41
Outros ganhos de capital	39	39	--
Despesas não operacionais	--	--	(12)
Desvalorização de outros valores e bens	--	--	(12)
Total	39	39	29

16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 3.261.860 mil (R\$ 3.261.860 mil em 31.12.2016) está dividido em 3.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Patrimônio Líquido de R\$ 4.548.114 mil (R\$ 4.376.690 mil em 31.12.2016) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 1.516,04 por ação (R\$ 1.458,90 em 31.12.2016).

b) Reservas de Lucros

	31.12.2017	31.12.2016
Reserva legal	84.344	73.103
Reserva estatutária	1.201.910	1.041.727
Margem operacional	1.201.910	1.041.727
Total	1.286.254	1.114.830

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar - Brasília-DF - CNPJ 31.546.476/0001-56

Exercício encerrado em 31.12.2017

f) Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico atualizado em 31.12.2017, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação projetada para o período de apuração.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2018	32.231	30.633
Em 2019	29.867	26.304
Em 2020	30.320	24.682
Em 2021	30.954	23.279
Em 2022	13.505	9.457
Em 2023	6.564	4.224
Em 2024	272	166
Total de créditos tributários em 31.12.2017	143.713	118.745

No exercício de 2017, observou-se a realização de créditos tributários na BB Leasing no montante de R\$ 273.338 mil, superior à respectiva projeção para o período de 2017, constante do estudo técnico elaborado em 31.12.2016.

18 – PARTES RELACIONADAS

A BB Leasing não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

A BB Leasing realiza com seu controlador Banco do Brasil S.A. transações bancárias tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações em depósitos interfinanceiros, empréstimos e operações com instrumentos financeiros derivativos. Há, ainda, contratos de prestação de serviços e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Essas transações entre partes relacionadas são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	Nota	31.12.2017	31.12.2016
Ativos			
Disponibilidades	4	19	8
Aplicações no mercado aberto – vendas a liquidar – posição bancada	5.a	4.315.335	4.012.143
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	11.182.159	58.600.114

Passivos			
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	1	161
Recursos de debêntures	11.a	11.043.387	58.484.424
Dividendos e bonificações a pagar	13.a	23.080	41.597
Valores a pagar a sociedades ligadas	13.c	634	382

Demonstração do Resultado	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5.b	167.157	387.672
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	610.829	2.605.121
Despesas de captação no mercado - remuneração/juros	11.b	(602.247)	(2.580.554)
Despesas de pessoal		(958)	(1.837)
Despesa de processamento de dados	14.b	(2.668)	(2.668)
Tarifa/Comissão de fiança	14.b	(759)	(2.087)
Correlagens e emolumentos	14.b	(97)	(218)
Emolumentos judiciais e cartorários	14.b	(14)	(38)
Atualização monetária de dividendos	14.d	(561)	(1.475)
BB - custos indiretos/suporte operacional	14.d	(278)	(603)
Outras despesas administrativas		(104)	(192)

19 – REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

A BB Leasing não possui quadro próprio de empregados, nem remunera seus administradores, uma vez que suas atividades são conduzidas integralmente pela estrutura administrativa do Banco do Brasil S.A. A BB Leasing ressarcir ao Banco as despesas correspondentes (Nota 18).

20 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

b) Passivos Contingentes – Prováveis

Ações Fiscais

As demandas de natureza fiscal referem-se, principalmente, a ações movidas por municípios com pedidos de cobrança de ISSQN sobre as receitas de contraprestações de operações de *leasing*.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À
Diretoria e ao Acionista da
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Brasília - DF

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("BB Leasing"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Leasing em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

A BB Leasing registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superavaliação ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10.b. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas dos ativos circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido para semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à BB Leasing, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme mencionado nas notas explicativas n.ºs 3 e 7, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a BB Leasing classifica suas operações de arrendamento mercantil, em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução CMN 2.682/1999, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A BB Leasing aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos. A classificação das operações de arrendamento mercantil em níveis de risco envolve premissas e julgamentos da BB Leasing, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa quanto às perdas da carteira. Devido à relevância das operações de arrendamento mercantil e ao grau de julgamento relacionado à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Availamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados relativos aos processos de classificação, aprovação, registro e atualização que suportam as metodologias internas de avaliação dos ratings das operações de arrendamento mercantil, e as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se a BB Leasing atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas n.ºs 3 e 7, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos

A BB Leasing possui saldos relevantes de instrumentos financeiros derivativos registrados a valor de mercado, conforme mencionado nas notas explicativas n.ºs 3 d e 6.b. A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor de mercado é apurado de acordo com o modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do mês. A BB Leasing utiliza instrumentos financeiros derivativos para reduzir o risco de mercado das operações. A utilização de diferentes técnicas de valorização e premissas podem resultar em estimativas de valor de mercado significativamente diferentes. Desta forma consideramos a mensuração do valor de mercado desses instrumentos financeiros derivativos como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Availamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas de sistemas avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves automatizados efetuados pela BB Leasing para mitigar o risco de distorção nas demonstrações contábeis decorrente de julgamento no mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, principalmente aqueles que dependem de modelos internos. Ademais analisamos o processo de aprovação pela BB Leasing das premissas utilizadas para a marcação a mercado, bem como os cálculos efetuados na mensuração dos valores. Para os instrumentos financeiros derivativos, com o suporte técnico de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos os modelos desenvolvidos pela BB Leasing para a determinação dos valores de mercado e a razoabilidade dos

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

I. Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil (Coaud), órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração (CA), é composto atualmente por três membros, sendo um integrante do CA, todos independentes e nomeados pelo CA.

O Banco do Brasil optou pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco Múltiplo e Subsidiárias, entre elas a BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil (BB Leasing).

No endereço eletrônico www.bb.com.br/ri estão disponíveis o regimento interno do Coaud e canal para recepção de informações acerca do descumprimento de regulamentos e códigos internos e de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição.

II. Responsabilidades

O Coaud tem suas atribuições definidas pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto Regulamentar nº 8.945/2016, Resolução CMN 3.198/2004, Estatuto Social do BB e por seu Regimento Interno.

Os administradores da BB Leasing são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna do Conglomerado responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a BB Leasing está exposta, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

III. Atividades do período

O Comitê de Auditoria realizou reuniões regulares, em cumprimento ao seu plano de trabalho, com o Conselho de Administração, diretoria, Banco Central do Brasil (Bacen) e também com executivos do Banco de áreas que realizam atividades necessárias às operações da BB Leasing.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados ao sistema de controles internos, conformidade, aspectos contábeis, gestão de riscos, governança corporativa, segurança e recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente e por órgãos externos de fiscalização. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

IV. Auditoria Interna e Independente

O Coaud supervisiona as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna e avalia, por meio de instrumental técnico formal, sua independência, objetividade, qualidade e efetividade. Realizou reuniões periódicas com a Auditoria Interna para conhecer as conclusões dos trabalhos, principais preocupações, acompanhar sua atuação e o cumprimento de suas atribuições.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA BB LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, os quais foram aprovados, nesta data, pela Diretoria.

Com base nos exames efetuados, no Relatório dos auditores independentes, nas informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria e/ou seus prepostos durante as reuniões mensais do Conselho Fiscal, realizadas no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas da BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, Brasília (DF), 26 de fevereiro de 2018.

Erivaldo Alfredo Gomes
Conselheiro

Leonardo Lobo Pires
Presidente

José Ricardo Baitello
Conselheiro

Ações Cíveis

A maioria das ações cíveis movidas contra a BB Leasing refere-se a ações ordinárias revisionais e de repetição de indébito.

Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis classificadas como prováveis

	2º Sem/2017	Exerc/2017	Exerc/2016
Demandas fiscais			
Saldo inicial	13.626	15.554	16.745
Constituição	991	1.397	6.850
Reversão da provisão	(1.476)	(4.614)	(9.965)
Baixa por pagamento	--	--	--
Atualização monetária	533	1.337	1.924
Saldo final	13.674	13.674	15.554
Demandas cíveis			
Saldo inicial	5.326	5.502	7.084
Constituição	1.309	2.068	57.093
Reversão da provisão	(1.569)	(2.748)	(23.766)
Baixa por pagamento	--	--	(35.647)
Atualização monetária	133	377	738
Saldo final	5.199	5.199	5.502
Total	18.873	18.873	21.056

A Administração da BB Leasing considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais e cíveis.

Cronograma esperado de desembolsos

	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	7.342	4.234
De 5 a 10 anos	4.775	943
Acima de 10 anos	1.557	22
Total	13.674	5.199

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saldas.

c) Passivos Contingentes – Possíveis

Ações Fiscais

As demandas de natureza fiscal classificadas com risco "possível" são dispensadas de constituição de provisão e referem-se, principalmente, a ações movidas por municípios com pedidos de cobrança de ISSQN sobre as receitas de contraprestações de operações de *leasing*.

Ações Cíveis

A maioria das ações cíveis movidas contra a BB Leasing refere-se a ações ordinárias revisionais e de repetição de indébito.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2017	31.12.2016
Demandas fiscais	31.789	53.364
Demandas cíveis	3.895	5.656
Total	35.684	59.020

d) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2017	31.12.2016
Demandas cíveis	45.299	39.129
Demandas fiscais	5.631	6.184
Total	50.930	45.313

21 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Imparidade

No exercício de 2017, o estudo realizado não identificou ativos com indícios de desvalorização que justificasse o reconhecimento de perdas, conforme determina o CPC 01.

dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados e recalculamos os valores das operações. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas n.ºs 3 d e 6.b, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável os saldos dos instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor de mercado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da BB Leasing é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a BB Leasing continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a BB Leasing ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da BB Leasing são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da BB Leasing.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da BB Leasing. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a BB Leasing a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 26 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-DF

João Paulo Dal Poz Alouche

Contador CRC 1SP245785/O-2



O Coaud supervisiona, também, a prestação de serviços de auditoria contábil pelos auditores independentes e avalia, por meio de instrumental técnico próprio, sua independência, a qualidade e a adequação de tais serviços às necessidades da Instituição. Além disso, avalia, previamente à contratação, a existência de conflitos na prestação de outros serviços às empresas do Conglomerado.

V. Sistema de controles internos (SCI) e exposição a risco

A avaliação da efetividade do SCI pelo Coaud é fundamentada principalmente nos resultados dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e independente, pelos órgãos externos de fiscalização, pela Diretoria de Controles Internos (Dicoi), e, também, em informações e documentos requisitados a outras áreas do Banco e em suas próprias análises.

A BB Leasing se utiliza da estrutura do Banco para monitorar as principais exposições a riscos e não foram identificadas pendências pelas áreas de riscos do BB para a empresa.

</